

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004531-10.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **ANA PAULA CANDIDA DE LIMA**
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

ANA PAULA CÂNDIDA DE LIMA ajuizou Ação de **ACIDENTE DE TRABALHO** em face de **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, todos devidamente qualificados.

A autora alega na exordial que na data de 08/10/2014, durante sua jornada de trabalho acidentou-se numa máquina de corte de legumes e teve amputado o terceiro dedo da mão esquerda com diminuição de sua capacidade laborativa. Pediu a condenação do requerido a pagar auxílio-acidente.

A inicial veio instruída por documentos.

Devidamente citado o requerido apresentou contestação alegando a ocorrência da prescrição. No mérito, argumentou que não estão presentes todos os pressupostos necessários que ensejam o direito ao benefício pleiteado e requereu a improcedência total da demanda.

1004531-10.2016.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Determinada a realização de perícia médica, o laudo foi encartado a fls. 112/115. A autora se mostrou concorde e o requerido não se manifestou.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

Da tese de prescrição.

O STJ firmou entendimento de que a prescrição do direito ao benefício previdenciário atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, o que será observado no dispositivo desta decisão.

Restou incontroverso o fato de a autora ter se acidentado **durante o exercício do trabalho**; no dia 08/10/2014, laborando na máquina de corte de legumes da empresa ASSIM ASSADO ROTISSERIE EIRELLI ME, experimentou amputação traumática do dedo médio da mão esquerda.

Em bem elaborado laudo o vistor oficial apurou a ocorrência de comprometimento parcial da movimentação da mão esquerda da autora decorrente da “amputação ao nível da segunda articulação interfalângica” (textual fls. 113).

Segundo o referido louvado a autora tem uma invalidez

1004531-10.2016.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parcial e permanente (cf. fls. 114).

O réu não trouxe laudo de contestação e também não impugnou o laudo oficial.

O tipo de sequela (incontroversa, saliente-se mais uma vez) deixa evidenciado déficit laborativo por causa ocupacional; é intuitivo o prejuízo consequente à lesão/amputação de dedo, implicando em significativa quebra daquele todo harmônico que é o corpo humano; todos os segmentos do corpo têm alguma utilidade e sua falta, em maior ou menor grau causa prejuízos; assim é forçoso reconhecer a presença de incapacidade e nexo, binômio indispensável para afirmação de amparo infortunistico.

Ademais, os autos revelam que a autora é mulher sem qualquer qualificação “extra”. Está preparada para serviços que demandam, basicamente, esforço físico e alguma técnica.

Assim, soa evidente que os danos físicos trouxeram déficit com reflexos no labor.

Impõe-se, como fecho, o acolhimento da súplica.

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder a autora, **ANA PAULA CÂNDIDA DE LIMA**, o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável ao obreiro, devendo ser observada a prescrição das prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação que ocorreu em 28/03/2016 .

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 – 10ª Câ., Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e Resp 62.389-8/SP do STJ.

O valor em atraso, ou eventuais diferenças, será pago de uma só vez e atualizado com correção monetária desde a data em que deveriam ter sido efetuados os pagamentos de cada uma das prestações vencidas, observando os índices previstos para as condenações contra a Fazenda (Lei 11.960/09), sendo que a partir de 25/03/2015 será utilizado o IPCA-E a título de índice de correção, tendo em vista a modulação dos efeitos da ADI 4357/DF e 4425. Cabe salientar que os juros moratórios, contados nos termos da Lei 11.960/09 (caderneta de poupança), somente incidirão a partir da citação (Súmula 204, STJ).

O “dies a quo” é o dia seguinte a data do cancelamento do benefício de auxílio-doença, ou seja, 15/01/2015 (fls. 71).

Nesse sentido REsp. 409.937/SC da relatoria do Min. Felix Fischer: “tratando-se de restabelecimento de benefício acidentário indevidamente cancelado na via administrativa, deve o mesmo ser restaurado a partir da data do cancelamento”.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários advocatícios que arbitro, em atenção ao inciso II, do paragrafo 4º, do art. 85 do CPC, no valor médio dos percentuais especificados nos incisos de I a V do § 3º (obviamente no inciso em que o valor obtido na fase de liquidação se encaixar), do mesmo dispositivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oficie-se para implantação do benefício. Nesse aspecto fica antecipada a tutela.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 496 do CPC e Súmula 423 do STF.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 29 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**